

Setúbal: "Não há tempo para discutir. Necessitamos de medidas urgentes".



"Por razões que não importa discutir, temos de reduzir o nível de vida do brasileiro. O impasse financeiro do País não é uma questão de meses, mas de semanas, porque houve o estouro, e, portanto, necessitamos de medidas urgentes." A afirmação foi feita ontem, em Porto Alegre, pelo presidente do Banco Itaú, Olavo Setúbal. Ele destacou que "o acordo com o FMI é extremamente pesado. Mas não o discuto, pois não há tempo para discutir. Tem que se aprovar medidas de emergência, mesmo esse decreto (o 2.064) ou seu substituto, e mesmo que seja imperfeito, pois não temos tempo para discutir as imperfeições. Se não chegarmos a um acordo urgente, vamos caminhar para a inadimplência desorganizada".

Setúbal falou aos empresários gaúchos durante uma reunião-almoço da Federação das Associações Comerciais. Em sua opinião, a aprovação das medidas que estão sendo propostas dará ao País um ano de prazo para encaminhar a renegociação de sua dívida a longo prazo "diretamente com os bancos credores, e não de governo a governo, como tem sido sugerido".

O banqueiro e ex-prefeito de São Paulo entende que a sociedade brasileira deve se conscientizar da necessidade de dividir os sacrifícios para superação da atual crise econômica. Com as novas medidas, "o Brasil precisa manter um mínimo de credibilidade financeira pelo menos até dezembro de 84, para ter tempo de respirar e enfrentar o desafio de trazer o petróleo, trigo, adubos e outros produtos de que necessita". Nesse período, depois de resolvido o problema imediato de caixa, Setúbal propõe que seja iniciada a renegociação da dívida.

Banqueiros preocupados

O presidente do Banco Itaú insistiu muito na necessidade de uma "atitude pragmática" no atual momento: "Não estou discutindo o que acho que o Brasil deveria ter

feito no passado, mas o que pode fazer hoje para não ficar pior amanhã". Se as medidas econômicas propostas pelo governo não forem aprovadas este ano pelo Congresso, Setúbal vê com muito pessimismo as consequências: "Tenho horror de fazer previsões catastróficas, mas, sem a menor dúvida, a não aprovação das medidas e, consequentemente, do acordo pela diretoria do FMI, representará a não liberação dos recursos necessários".

Setúbal retornou recentemente dos Estados Unidos, onde manteve contatos com diversos banqueiros, e revelou que há uma "preocupação generalizada e crescente entre eles. De todos ouvi algo que me deixou apreensivo: não financiaremos o Brasil se o País não se entender entre si, se não houver acordo entre governo e sociedade em torno de um pacto político. Entendemos essencial a aprovação do Congresso para um programa que seja o da sociedade brasileira".

Assinalou também que, mesmo com o volume da dívida brasileira, nenhum banco internacional querá se o País ficar inadimplente. Somente os depósitos de euromoeida em junho atingiam, segundo Setúbal, cerca de US\$ 2,04 trilhões. Entende também que não terão sucesso as negociações de governo a governo e acha que isso somente será possível com os países do Clube de Paris, que têm créditos de cerca de dez bilhões. Mas, mesmo aí, as negociações já iniciadas se dão "em condições muito duras, difíceis, que ainda não vieram a público".

Os bancos internacionais, destacou, deixaram de ser competitivos desde 82, e se uniram. Portanto, hoje, "o Brasil também não negociará de banco a banco, mas com um coletivo de bancos e, nessas condições, as negociações devem ser feitas fora das taxas de mercado". Acredita que seja possível obter condições melhores numa renegociação abrangente e de longo prazo. No momento, Setúbal não recomenda uma renegociação da dívida, porque "sob pressão dos acontecimentos e com falta de reservas (há um déficit de caixa de US\$ 4 bilhões e atrasos de mais de US\$ 3 bilhões) seria inaceitável".

O presidente do Banco Itaú criticou a ação do governo para refinanciar a dívida interna, emitindo ORTN com cláusula cambial em grandes volumes, o que aumenta as taxas de juros e a especulação. Preconizou uma lei que fixe o teto de emissão de papel moeda e da dívida pública, como nos EUA, e defendeu a unificação dos orçamentos fiscais, monetário e das empresas estatais.

Desdolarização

Outra providência defendida por Olavo Setúbal é a desdolarização da economia, observando que, em 31 de dezembro de 1982, tínhamos Cr\$ 22 trilhões de ativos financeiros indexados em dólares, quando, na mesma data, incluindo os depósitos dos bancos, a vista e a prazo, letras de câmbio e caderetas de poupança, o total dos ativos financeiros em cruzeiros era de somente Cr\$ 14 trilhões. Ponderou Setúbal que, nos últimos 12 meses, a desvalorização do cruzeiro foi de 256%, prejudicando as empresas com passivos indexados em dólares e criando uma situação insustentável. Referiu-se depois ao custo dos financiamentos em moeda estrangeira, que chegaram a 310% nos últimos 12 meses, levando muitas empresas à insolvência, como é o caso dos grupos Matarazzo e Omett.

Olavo Setúbal afirmou também que a crise não teria chegado a esse ponto se o presidente da República tivesse trocado sua equipe há mais tempo. Perguntado se isso deveria ser feito agora, foi evasivo, mas acrescentou: "O que dará credibilidade ao Brasil neste momento é o apoio político a um programa consistente, que tenha a capacidade de mobilizar as forças vivas da Nação para enfrentar a crise a curto prazo". O apoio parlamentar, esclareceu, é exigido pelos próprios credores.